



Prev

Relatório Anual **2010**





ÍNDICE

Introdução	3
1. Cenário Econômico	5
2. Demonstrações Contábeis e Financeiras	8
3. Informações Referentes à Política de Investimentos 2011 e Regulamento do Plano	21
4. Distribuição de Investimentos	23
5. Parecer dos Auditores Independentes	24
6. Parecer Atuarial	26
7. Parecer do Conselho Fiscal	30
8. Manifestação do Conselho Deliberativo	31



Introdução

A Diretoria Executiva da OABPrev-SP, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2010.

Encerramos o exercício de 2010 com 22.506 Participantes Ativos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no cliente.

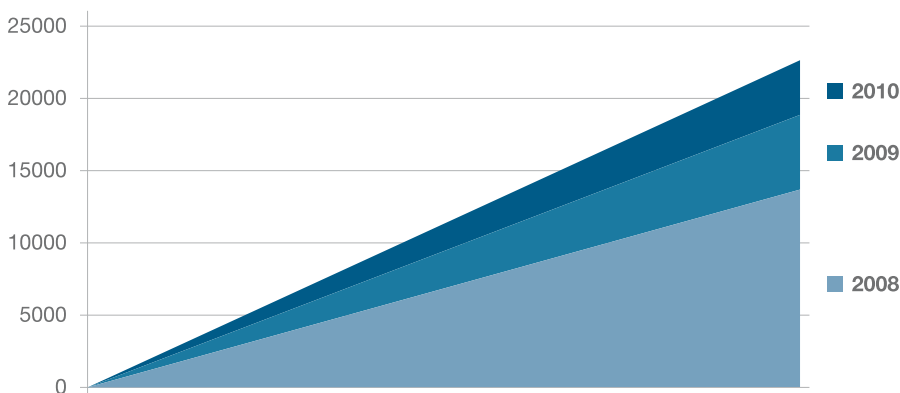
Ativos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2008	2009	2010
Nº de Participantes*	14.183	19.039	22.506
Idade média (anos)	35,57	35,76	36,21
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	1,29	1,77	2,33
Contribuição média	R\$ 118,76	R\$ 120,57	R\$ 128,45
Saldo individual médio	R\$ 2.941,35	R\$ 3.562,33	R\$ 4.569,79

(*) Valores não contemplam Participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a entidade teve um aumento no número de Participantes em 2010 na ordem de 18,21%, quando comparado com o exercício de 2009.

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ATIVOS





Assistidos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2008	2009	2010
Nº de assistidos	-	4	10
Idade média (anos)	-	53,50	49,90
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	-	3,39	3,97
Benefício médio	-	R\$ 2.236,61	R\$ 2.344,07
Saldo individual médio	-	R\$ 379.136,05	R\$ 351.057,69

Através da análise da tabela 2, percebe-se que houve um aumento no número de Participantes Assistidos em 2010.

Do total de aposentados do Plano PREVER, 6 (seis) recebem benefício de aposentadoria programada e 4 (quatro) recebem benefício por invalidez.

Desde o início do funcionamento da entidade, em abril de 2006, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados. Para isso, contamos com a participação ativa dos advogados.

Como nos demais anos, o relatório anual tem por objetivo prestar informações referentes às atividades desenvolvidas pela entidade.

Com o envio do documento, a OABPrev-SP mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Boa leitura!

1 Cenário Econômico



O Brasil registrou forte crescimento econômico em 2010. A nossa estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2010 é de 7,4% sobre o resultado de 2009.

Os números finais serão divulgados somente no mês de março. É verdade que 2009 foi um ano de desempenho fraco, sobretudo no primeiro trimestre do ano. Isto foi ainda reflexo negativo da crise internacional de liquidez instaurada após a quebra do Banco Lehman Brothers, nos Estados Unidos, e as suas implicações sobre as economias desenvolvidas. A taxa de crescimento da economia brasileira de mais de 7% em 2010 representará a maior taxa de crescimento histórica dos últimos 25 anos.

Em forte contraste com o bom ano de 2010, o cenário econômico no começo de 2009 se mostrava muito sombrio e uma longa recessão parecia inevitável. Em outras palavras, naquela época, as perspectivas do Brasil não pareciam ser muito diferentes daquelas perspectivas negativas que assolavam a maioria dos países ricos. Contudo, afortunadamente, o país respondeu com rapidez aos estímulos das políticas fiscais e monetárias expansionistas do governo, e a forte desaceleração inicial do ritmo de crescimento só durou dois trimestres. Mesmo assim, o PIB se retraiu 0,64% em 2009. Após esse desempenho lamentável, o PIB brasileiro cresceu à taxa de 8,4% nos três primeiros trimestres de 2010 em relação ao mesmo período em 2009. E, como mencionamos acima, quando os dados finais forem divulgados, nós esperamos taxa de crescimento de, aproximadamente, 7,5% para o ano de 2010. Esta taxa não somente será a maior taxa de crescimento econômico desde meados da década de oitenta no Brasil, senão que, pela primeira vez, não ficaria muito distante das taxas de crescimento dos gigantes emergentes, China e Índia, cujas expectativas de crescimento de 2010 são de 10,3% e 9,1%, respectivamente. O consumo das famílias brasileiras tem se mantido extremamente aquecido, em função da redução significativa da taxa de desemprego, da expansão do crédito e do aumento constante da massa salarial em termos reais.

A produção industrial no Brasil cresceu de forma muito acentuada até o final do primeiro trimestre de 2010 e depois desacelerou, mas mesmo assim o ano terminou com um volume de produção industrial, em média, 10,5% maior do que no fraco ano de 2009. Assim, após o ano de 2009 ter terminado significativamente melhor do que começou, 2010 foi um marco importante, pois foi iniciado um novo ciclo longo de crescimento econômico no país. Nós esperamos que haja continuidade nos grandes aspectos de condução da política econômica nos próximos anos, sob o comando da nova Presidente Dilma Rousseff, de modo que não devemos esperar grandes sustos que possam representar alguma descontinuidade mais séria. De todo modo, um forte e sério ajuste fiscal não é somente necessário, mas indispensável para manter um ambiente macroeconômico estável e favorável aos investimentos e desenvolvimento dos novos negócios de que o país tanto precisa.

Em linha com o excelente desempenho econômico, a taxa de desemprego tem caído



sistematicamente para níveis historicamente baixos, de modo que vários setores já se queixam de falta de mão de obra em geral, e pior ainda quando se trata de mão de obra com determinados requisitos de qualificação. O fato é que a taxa de desemprego chegou à marca de apenas 5,3% em dezembro de 2010. Essa taxa foi de 6,8% um ano antes, e chegou a 12,8% durante o primeiro mandato do governo do Presidente Lula. Tendo em vista que o mercado de trabalho está tão aquecido, o rendimento real das pessoas ocupadas tem crescido significativamente acima da inflação, a taxas de cerca de 6%, o que não é sustentável em um ambiente de estabilidade de preços.

Assim como mencionamos nos parágrafos anteriores, o lado real da economia está indo muito bem, mas, em contraposição, a trajetória da inflação já é bastante preocupante. Com efeito, a taxa de inflação, de acordo com preços ao consumidor do IPCA, fechou em bem comportados 4,31% em 2009 e acelerou para 5,91% no fechamento de 2010. Isto é, a taxa de inflação de 2010 ficou muito acima da meta central de inflação de 4,5% para o ano, e continuou crescendo no começo de 2011 para perigosos 5,99% nos doze meses, terminados em janeiro deste ano. Além disso, o IGP-M que corrige vários contratos – entre eles os aluguéis – passou de uma deflação de 1,72% em 2009 para uma inflação de dois dígitos em 2010: 11,32%.

Tendo em vista o afastamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central começou um processo de aperto monetário em abril de 2010, elevando a taxa Selic dos 8,75% ao ano em que se encontrava à época, para 10,75% ao ano em julho de 2010. A taxa de juros de referência permaneceu nesse patamar até janeiro de 2011, apesar do aumento constante da inflação corrente e as próprias expectativas de inflação futura. De fato, antes da primeira reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), em janeiro deste ano, já se sabia que o IPCA tinha fechado em uma perigosa taxa de 5,91% em 2010 e que o consenso de mercado apontava para uma taxa de, no mínimo, 5,5% para 2011. A diretoria do Banco de Central do novo governo teve que enfrentar o fantasma da inflação já na primeira reunião do ano, aumentando a taxa Selic de 10,75% ao ano em dezembro de 2010 para 11,25% ao ano para vigorar a partir do dia 20 de janeiro. Em meados de fevereiro deste ano, o consenso de mercado para o IPCA fechado de 2011 estava acima de 5,8% e a nossa estimativa atual é mais alta do que isso: 6,1%. Isto é, bem no começo do ano, não considerando choques externos de pressão inflacionária que possam vir a aparecer, a estimativa de inflação já se aproxima de forma perigosa do teto do intervalo aceito no regime de metas de inflação, que é de 6,5%. Assim, o Banco Central precisará agir de forma muito firme e rápida para fazer com que a trajetória de inflação convirja em direção à meta central de 4,5%, ainda que isto só venha a acontecer em um prazo mais longo – a partir da segunda metade de 2012. Para tal, nós estimamos que a Selic terá que aumentar mais do que o atual consenso de



mercado, que a situa ao redor de 12,5% para o fim deste ano. A nossa expectativa é que será necessário elevar a Selic para um patamar mais perto de 14% – entre 13,5% e 14% ao ano – especialmente diante de uma política fiscal que ao que tudo indica continuará extremamente frouxa e expansionista.

Por fim, mesmo com o forte aperto monetário que se faz necessário, a nossa expectativa de crescimento do PIB é boa já que estimamos uma expansão econômica de 4,6% para 2011 e 5% para 2012 em diante.

*(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck –
Economista Chefe do Grupo Icatu Seguros)*



Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010

BALANÇO PATRIMONIAL			
			R\$ MIL
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL
Disponível	3.303	Exigível operacional	1.492
Realizável	109.859	Gestão previdencial	1.341
Gestão previdencial	82	Gestão administrativa	151
Gestão administrativa	3	Patrimônio social	111.694
Investimentos	109.774	Patrimônio de cobertura do plano	109.347
Fundos de investimento	109.774	Provisões matemáticas	109.347
Permanente	24	Benefícios concedidos	6.209
Imobilizado	24	Benefícios a conceder	103.138
		Fundos	2.347
		Fundos administrativos	2.347
Total do ativo	113.186	Total do passivo	113.186



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS	
	R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL
1. Ativos	113.035
Disponível	832
Recebível	2.429
Investimento	109.774
Fundos de investimento	109.774
2. Obrigações	1.341
Operacional	1.341
3. Fundos não previdenciais	2.347
Fundos administrativos	2.347
5. Ativo líquido (1-2-3)	109.347
Provisões matemáticas	109.347



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL (CONSOLIDADO)		R\$ MIL
DESCRIÇÃO		EXERCÍCIO ATUAL
	A) Ativo líquido - início do exercício	70.400
	1. Adições	46.792
(+)	Contribuições previdenciais	36.404
(+)	Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	6.961
(+)	Receitas administrativas	3.427
	2. Destinações	(7.844)
(-)	Benefícios	(4.417)
(-)	Despesas administrativas	(2.361)
	Constituição de fundos - gestão administrativa	(1.066)
	3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	38.947
(+/-)	Provisões matemáticas	38.947
	B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	109.347
	C) Fundos não previdenciais	2.347
(+/-)	Fundos administrativos	2.347



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)	
	R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL
A) Fundo administrativo do exercício anterior	1.282
1. Custeio da gestão administrativa	3.427
1.1. Receitas	3.427
Custeio administrativo da gestão previdencial	556
Resultado positivo dos investimentos	1.323
Outras receitas	1.548
2. Despesas administrativas	(2.361)
2.1. Administração previdencial	(1.217)
Pessoal e encargos	(179)
Treinamentos/congressos e seminários	(2)
Viagens e estadias	(18)
Serviços de terceiros	(805)
Despesas gerais	(209)
Depreciações e amortizações	(4)
2.2. Administração dos investimentos	(1.144)
Serviços de terceiros	(1.144)
4. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	1.066
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	1.066
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	2.347



Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

(valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Apresentação

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de autonomia patrimonial, financeira e administrativa, regida por estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios por ela operados e pela legislação em vigor, constituída em 24 de fevereiro de 2006, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. As atividades iniciaram, em 3 de abril de 2006, sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes, instituída pela OAB, Seccional de São Paulo e pela Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo (CAASP), instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado (PREVER).

Em observância ao Artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrev-SP não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

1.2. Objetivos

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, O OABPrev-SP tem por objetivos principais a organização e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária em favor dos Participantes e poderá aceitar doações, com ou sem encargos, e estabelecer acordos e convênios com entidades públicas e privadas, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

Para a consecução de seus objetivos, a entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus Participantes e comissões sobre a venda de coberturas de risco e da remuneração dos seus ativos.

1.3. Participantes

Em 31 de dezembro de 2010, o total de Participantes Ativos era de 22.506 (19.039 em 2009), sendo 13.287 (11.293 em 2009) do sexo masculino e 9.219 (7.746 em 2009) do sexo feminino. A idade média dos Participantes Ativos é igual a 36,21 anos (35,76 em 2009).



1.4. Características do plano

O plano de benefícios foi constituído de acordo com as características do plano de Contribuição Definida, cujos benefícios são calculados com base no fundo formado pelas contribuições individuais de cada Participante, acrescidas dos respectivos rendimentos líquidos.

1.5. Benefícios

O plano estabelece a concessão dos seguintes benefícios: (a) aposentadoria programada e por invalidez; (b) pensão por morte; (c) benefício proporcional diferido; (d) portabilidade e (e) resgate.

1.6. Forma de custeio (financiamento) do plano

Contribuição básica: contribuição efetuada pelo Participante de carácter mensal e obrigatório, tendo um valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Contribuição eventual: contribuição efetuada pelo Participante ou seu empregador, de carácter facultativo, livremente escolhida e recolhida na mesma data da contribuição básica.

Contribuição de risco: contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco, de carácter facultativo, contratada pelo OABPrev-SP com a Mongeral S.A. Seguros e Previdência, para a cobertura de morte e invalidez permanente do Participante. A cobrança dessa contribuição é feita pela entidade e repassada à seguradora, detentora do risco, líquida de uma comissão, equivalente a 10% dessa contribuição, cobrada pela entidade.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução 1.272, de 22 de janeiro de 2010, e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) do Ministério da Previdência Social (MPS), por meio da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada e regulamentada pela Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009. Em 16 de março de 2011, o Conselho Nacional de Previdência Complementar, sucessor do CGPC, publicou a Resolução nº 01, de 03 de março de 2011, alterando os anexos A e B da Resolução CGPC nº 28/2009.

Mudanças dos critérios e procedimentos contábeis

A Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, revogou a Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e entrou em vigor em 01 de janeiro de 2010. Desta forma, os critérios e procedimentos foram alterados e não há base de comparabilidade entre os exercícios de 2009 e 2010. Assim, as colunas Exercício Anterior e Variação não são preenchidas.



A entidade optou por não apresentar as informações referentes ao exercício de 2009 de acordo com faculdade prevista na resolução acima citada.

3. Sumário das principais práticas contábeis

A contabilidade do OABPrev-SP é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O OABPrev-SP adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Todos os lançamentos contábeis são registrados com base no princípio da competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

Os registros relativos a contribuições de Participantes vinculados são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com item 8.1 do anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta das despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.

3.1. Principais diretrizes contábeis

As principais práticas contábeis adotadas podem ser resumidas como segue:

3.1.1. DISPONÍVEL

Disponibilidades são os recursos financeiros que se encontram à disposição da entidade, compreendendo os meios de pagamento em espécie e os depósitos bancários à vista.

3.1.2. REALIZÁVEL

3.1.2.1. Gestão previdencial e gestão administrativa

Os realizáveis previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

3.1.2.2. Investimentos

Nos termos da Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e da Resolução nº 8, de 19 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias,



de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. A entidade não possui títulos com essa classificação.

Sob o título de investimentos, no ativo realizável, estão incluídas todas as aplicações de recursos da entidade. Atualmente, existem substancialmente aplicações de renda fixa, em cotas de fundos de investimento, as quais são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com base no valor da cota do patrimônio líquido, o qual já inclui o ajuste ao valor de mercado dos títulos de sua carteira.

Todos os ativos financeiros estão custodiados em instituição financeira, conforme determina a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

3.1.3. PERMANENTE

O ativo permanente contempla os bens imobilizados, móveis, utensílios, computadores, periféricos, máquinas e equipamentos, que são utilizados no desempenho da atividade-fim, os quais estão registrados pelos seus custos de aquisição e depreciados de acordo com a natureza e tempo de vida útil dos itens que o compõem.

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e sistemas operacionais, cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do plano de gestão administrativa, em consonância com a Instrução SPC no 34, de 24 de janeiro de 2009. Existem controles individuais dos itens que compõem o ativo permanente imobilizado.

3.1.4. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os exigíveis previdencial e administrativo são apresentados pelos valores devidos e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os encargos proporcionais aplicáveis até a data do balanço. Registra os valores a pagar assumidos pelos planos previdenciais e pelo plano de gestão administrativa.



3.1.5. PATRIMÔNIO SOCIAL

3.1.5.1. Patrimônio de cobertura dos planos

Corresponde ao ativo líquido da entidade e é composto pelo patrimônio de cobertura dos planos e pelos fundos.

Registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos Participantes do plano de benefícios previdenciais, de acordo com nota técnica atuarial.

3.1.5.1.1. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

A tábua de mortalidade geral (AT-83) é utilizada para calcular a expectativa de vida do Participante no momento da conversão da conta benefício sob a forma de renda mensal por prazo indeterminado.

Provisão matemática de benefícios concedidos: consiste no valor atual dos benefícios pagos aos Participantes e beneficiários já em gozo do benefício.

Provisão matemática de benefícios a conceder: corresponde às contribuições individuais dos Participantes.

3.1.5.1.2. Fundos

Fundo administrativo

O fundo administrativo é formado pela diferença apurada entre as fontes de receita e custeio e as despesas do plano de gestão administrativa. O fundo administrativo corresponde à parcela ainda não utilizada das receitas destinadas especificamente pelo plano de custeio para a cobertura dos gastos administrativos. Esse fundo deverá ser utilizado ou revertido para a cobertura de insuficiências ocorridas no programa administrativo.



4. Ativo

4.1 Disponível

Os valores estão representados por depósitos à vista nas seguintes instituições financeiras:

	R\$ MIL
Bancos conta movimento	3.303
Bradesco	107
Brasil	182
Nossa Caixa	211
Santander	2.803

4.2. Realizável

INVESTIMENTOS

Os investimentos são efetuados de acordo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos. A entidade classificou os títulos e valores mobiliários que compõem os investimentos como títulos para a negociação, conforme demonstrado a seguir:

	NATUREZA	SEM VENCIMENTO	R\$ MIL TOTAL
Renda fixa - títulos para a negociação	-	-	-
Cotas de fundos de investimento	Privada	109.774	109.774
Total		109.774	109.774

A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita através do Icatu Vanguarda Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado OABPrev-SP, administrado pela Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda.



5. Passivo

5.1. Exigível operacional

5.1.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

	R\$ MIL
Mongeral Aegon Seguros e Previdência	1.274
Impostos a recolher	55
Outras exigibilidades	12
Total	1.341

5.2. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

As provisões matemáticas apresentam os seguintes saldos:

	R\$ MIL
Provisões matemáticas	109.347
Benefícios concedidos	6.209
Contribuição definida	6.209
Saldo de contas dos Assistidos	6.209
Benefícios a conceder	103.138
Contribuição definida	103.138
Saldo de contas - parcela Participantes	103.138

5.3. Fundos

FUNDO ADMINISTRATIVO

O fundo administrativo é formado pela diferença apurada entre as fontes de receita e custeio e as despesas dos plano de gestão administrativa e apresenta a seguinte movimentação no exercício:



	R\$ MIL		
	SALDO EM 2009	CONSTITUIÇÃO	SALDO EM 2010
Fundos	1.281	1.065	2.347
Fundos administrativos	1.281	1.065	2.347
Plano de gestão administrativa	1.281	1.065	2.347
Total	1.281	1.065	2.347

A movimentação ocorrida no fundo administrativo é descrita no quadro “V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)”

6. Custeio administrativo

As despesas administrativas relativas ao plano são custeadas pelos Participantes Ativos, Assistidos, licenciados e remidos, bem como pelos beneficiários, por meio de uma contribuição mensal equivalente a 2% do total das contribuições básicas e eventuais até o mês de novembro de 2010. A partir de dezembro de 2010 esta contribuição adicional foi reduzida a 0% (zero). O custeio das despesas com a administração dos investimentos é deduzido da rentabilidade do plano, impactando no valor das cotas.

7. Rentabilidade do plano

A rentabilidade líquida acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, obtida pela aplicação do patrimônio da entidade, foi de 9,71% (9,75% em 2009), calculada com base na variação das cotas.

São Paulo, 31 de dezembro de 2010

Arnor Gomes da Silva Júnior

Diretor-Presidente

João Laercio de Amorim

Contador CRC-SC 017.046/O-2



Comentário final

A carteira de investimentos do plano de benefícios da OABPrev-SP acumulou no ano de 2010 retorno de 9,74%. Este resultado ficou em linha com o perfil de risco adotado ao longo do período; sendo que 85% dos recursos foram investidos em ativos de renda fixa, majoritariamente em títulos do Tesouro Nacional, e os demais 15% foram investidos em ativos de renda variável. Neste mesmo período, a rentabilidade da caderneta de poupança foi 6,81% e do IPCA foi de 5,91% no ano.



Plano de Benefícios: OABPrev-SP

1. Entidade fechada de previdência complementar

Exercício: 2011

Data da aprovação pelo conselho deliberativo: 20/12/2010

Administrador estatutário tecnicamente qualificado: Marco Antônio Cavezzale

Mecanismo de informação da política aos Participantes: relatório anual

2. Controle de riscos

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. Risco de crédito na diversificação por emissor

Em pessoas jurídicas ou conglomerados: 10%

Em Patrocinadoras e ligadas: 10%

ATIVOS DE RENDA FIXA			
	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
Pessoa jurídica não financeira	10%	3%	0%
Instituição financeira	10%	3%	0%
FIDC	10%	3%	0%

3. Alocação dos recursos

SEGMENTO	CARTEIRA	MACRO ALOCAÇÃO 2011	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO ALVO
Renda fixa	Duration curta (-3 anos) e baixo risco de crédito	0-100%	100%	55%
	Duration longa (+3 anos) e baixo risco de crédito	0-50%	100%	25%
	Duration curta (-3 anos) e médio e alto riscos de crédito	0-20%	20%	0%
	Duration longa (+3 anos) e médio e alto riscos de crédito	0%	20%	0%



SEGMENTO	CARTEIRA	MACRO ALOCAÇÃO 2011	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO ALVO
Renda variável	Ações em mercado	0-30%	(*)	15%
	Participações	0%	20%	0%
Investimentos estruturados	Fundos de participações	0%	20%	0%
	Fundos de empresas emergentes	0%	20%	0%
	Fundos imobiliários	0%	10%	0%
	Fundos multimercados (<i>hedge funds</i>)	0-10%	10%	5%
Imóveis	Diversos	0%	8%	0%
Investimentos no exterior	Diversos	0%	10%	0%
Operações com Participantes	Empréstimos a Participantes	0%	15%	0%
	Outros	0%	10%	0%

(*)De 35% a 70% de acordo com o segmento da BM&FBovespa, conforme previsto na Resolução CMN 3.792.

4. Cenário macroeconômico

O cenário utilizado como pano de fundo para as expectativas de retorno foi determinado para os planos com o auxílio de consultores externos.

5. Alterações no regulamento do plano

Não houve alteração no regulamento do plano. O regulamento vigente do plano está disponível para consulta no site www.oabprev-sp.org.br, no menu principal, clicando em “Institucional” e, em seguida, em “Documentos”.



Resumo das informações do demonstrativo de investimentos

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

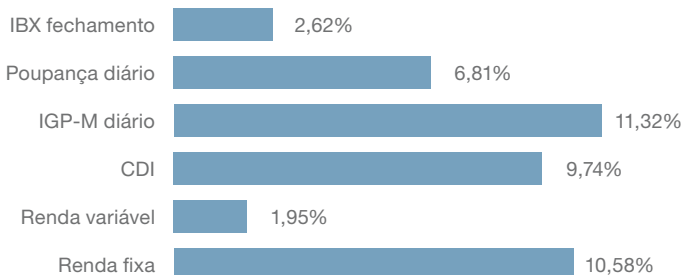
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ) que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/10 estavam aplicados, conforme quadro abaixo:

ALOCÇÃO	2010		2009	
Renda variável	R\$ 12.492,33	11,38%	R\$ 2.026,35	2,90%
Renda fixa	R\$ 97.282,14	88,62%	R\$ 67.847,65	97,10%
Total	R\$ 109.774,47	100%	R\$ 69.874,00	100%

RENTABILIDADE ACUMULADA _ JAN/10 A DEZ/10





Aos diretores, Participantes e Patrocinadoras do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - OABPrev-SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP, em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Ênfase sobre a não apresentação dos valores correspondentes do exercício anterior.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, de acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) foram alteradas a partir de 2010. De acordo com faculdade prevista nessa resolução, não estão sendo apresentadas as informações dos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para fins de comparabilidade.

São Paulo, 16 de março de 2011.

Deloitte Touche Tohmatsu

Audidores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Osmar Aurélio Lujan

Contador

CRC nº 1 SP 160203/O-1



Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado (PREVER)

Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP

1. Objetivo

O presente documento tem como objetivo o atendimento à Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 que, em seu Artigo 4º, estabelece o envio de parecer atuarial anual relativo aos planos de benefícios previdenciários à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Em consonância à Instrução nº 09, de 14 de dezembro de 2010, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da avaliação atuarial.

Assim, com a finalidade de se apresentar tais fatores, bem como os resultados apurados pela avaliação atuarial realizada junto ao Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado (PREVER), administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP, em 31/12/2010, este parecer apresenta a seguinte estrutura de itens a serem abordados:

- Base cadastral;
- Hipóteses atuariais;
- Provisões matemáticas; e
- Resultados da avaliação atuarial.

2. Base cadastral

As informações referentes aos Participantes Ativos, Assistidos e pensionistas para a avaliação atuarial, nos foram enviadas em arquivo magnético pela Icatu Fundos de Pensão, com data-base em 31/12/2010 em formato “xls”.

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a avaliação atuarial referente ao exercício financeiro de 2010. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela Data A Contabilidade, em 22 de fevereiro de 2011.

Analisando as informações encaminhadas, se verificou uma elevação de 18,21% no número de Participantes Ativos em relação ao ano anterior. No que tange os aposentados,



houve um aumento no número de aposentadorias, passando de 4 em 2009 para 10 benefícios concedidos em 2010. Quanto aos pensionistas observou-se que também houve um aumento no número de concessões, passando de 10 em 2009 para 27 benefícios concedidos em 2010.

3. Hipóteses atuariais

As hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras. O anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devam estar adequadas às características da massa de Participantes e Assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Nesse viés, a Data A Consultoria realizou um o estudo estatístico das hipóteses atualmente adotadas pelo Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado (PREVER), e o apresentou através do relatório de hipóteses atuariais. Solicitou-se, portanto, uma manifestação da entidade quanto às referidas hipóteses.

Sendo assim, com base na referida manifestação, seguem abaixo as hipóteses adotadas para a avaliação atuarial de 2010 que passarão a vigorar a partir de 1º de abril de 2011, e que serão apresentadas no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA.

Hipóteses adotadas para a avaliação atuarial - 2010:

- a) Taxa de juros: 0,00% a.a.;
- b) Tábua de mortalidade geral: AT – 2000; e
- c) Tábua de mortalidade de inválidos: AT – 2000.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

4. Provisões matemáticas

Segue, na página seguinte, a estrutura contábil resumida das provisões matemáticas do Plano de Benefícios PREVER, em 31/12/2008 e 31/12/2009, para fins de comparação, e 31/12/2010, data-base da avaliação atuarial a que se refere o presente parecer.



EXERCÍCIO FINANCEIRO	2008	2009	2010
Ativo líquido	R\$ 41.982.374,93	R\$ 70.400.493,80	R\$ 109.346.909,66
Provisões matemáticas	R\$ 41.982.374,93	R\$ 70.400.493,80	R\$ 109.346.909,66
Benefícios concedidos	R\$ 116.058,49	R\$ 2.428.691,57	R\$ 6.208.528,59
Benefícios a conceder	R\$ 41.866.316,44	R\$ 67.971.802,23	R\$ 103.138.381,07
Provisões matemáticas a constituir	-	-	-
(-) Serviço passado	-	-	-
(-) Déficit equacionado	-	-	-
Resultado realizado	-	-	-
Superávit técnico acumulado	-	-	-
Reserva de contingência	-	-	-
Reserva para revisão do plano	-	-	-
(-) Déficit técnico acumulado	-	-	-

5. Resultados da avaliação atuarial

5.1. RESULTADO ATUARIAL

A situação atuarial do Plano de Benefícios PREVER, administrado pela OABPrev-SP, avaliada em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou, em 31/12/2010, resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus Participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em nota técnica atuarial vigente, justificando assim tal equilíbrio técnico.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste parecer foram avaliadas por nossa consultoria atuarial e refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela OABPrev-SP referente à data-base de 31/12/2010.

5.2. RENTABILIDADE DO PLANO

A partir do histórico das rentabilidades auferidas pelos recursos garantidores do plano PREVER, no período que compreende os meses de maio de 2006 a dezembro de 2010,



apurou-se uma rentabilidade acumulada de 63,03%. Analisando apenas o ano de 2010, observa-se que os recursos do plano alcançaram uma rentabilidade de 9,71%.

5.3. PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Foi realizado também um estudo com o objetivo de verificar a sustentabilidade do programa administrativo da entidade com relação ao Plano de Benefícios PREVER. Para isso, foi utilizado o fluxo contábil de despesas e receitas administrativas relativas ao período de abril de 2006 a dezembro de 2010.

Observou-se no período mencionado uma receita administrativa média de R\$ 136.145,03 e uma despesa administrativa média de R\$ 94.750,29 alcançada pela aplicação da taxa de carregamento de 2,00% sobre as contribuições básicas e eventuais e pela taxa de gestão sobre o ativo líquido de 2,00% ao ano, vigentes à época avaliada, bem como da receita oriunda da rentabilidade do fundo administrativo e pelo pró-labore advindo dos benefícios de risco cobertos pela seguradora contratada.

Atualmente, a entidade cobra apenas a taxa de gestão sobre o ativo líquido no patamar de 0,20% ao ano, tendo sido anulada a cobrança da taxa de carregamento sobre as contribuições básicas e eventuais. Além da taxa de gestão, manteve-se o repasse da seguradora sobre as contribuições de risco vertidas pelos Participantes mensalmente, compondo, assim, a receita administrativa total angariada pela OABPrev-SP.

Observando o último exercício, a receita média mensal foi superior à despesa média mensal em R\$ 88.787,13. Verificou-se também que houve um aumento de 83,14% sobre o montante do fundo administrativo no último ano.

Tal fundo, em 31/12/2010, monta em R\$ 2.346.914,88, enquanto que, em 31/12/2009, era equivalente a R\$ 1.281.469,33. Assim, observa-se que o mesmo se encontra atualmente em um patamar de plena sustentabilidade.

5.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto no presente parecer, se conclui que o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado (PREVER) encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro, devendo observar as indicações e os resultados apurados pela avaliação atuarial.

Florianópolis, 02 de março de 2011.

Guilherme Walter

Atuário MIBA nº 2.091

Data A Consultoria S/S Ltda.

Karen Tressino

Atuária MIBA nº 1.123

Data A Consultoria S/S Ltda.



O Conselho Fiscal da OABPrev-SP, em cumprimento às determinações expressas no Art. 42 do Estatuto do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da OAB e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP; e Art. 19, da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, examinou o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL consolidada e por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial) as Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas elaborados por Data A Serviços de Contabilidade Ltda., através do Contador João Laercio de Amorim (CRC-SC 017.046/O-2); o Parecer do Atuário da lavra da atuária Karen Tressino (MIBA n  1.123), e o Parecer dos Auditores Independentes realizado por Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes (CRC n  2 SP 011609/O-8).

Vistos e relatados os documentos referentes ao exercício de 2010 do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da OAB e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP, os membros deste Conselho Fiscal, por decisão unânime, deliberam pela sua aprovação e encaminhamento das demais providências para divulgação dos mesmos.

São Paulo, 29 de março de 2011.

Dr. Jose Valente Neto

Presidente do Conselho Fiscal

8 Manifestação do Conselho Deliberativo



O Conselho Deliberativo da OABPrev-SP, em cumprimento às determinações expressas no capítulo VI, Seção I, Art. 32 do Estatuto do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da OAB e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP, após examinar o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL consolidada e por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial) as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010; bem como as contas e os atos de sua Diretoria Executiva, e considerando ainda os Pareceres do Conselho Fiscal, do Atuário e dos Auditores Independentes, manifestam a deliberação por unanimidade de que tais documentos merecem aprovação.

São Paulo, 31 de març o de 2011.

Dr. Jarbas Antonio de Biagi

Presidente do Conselho Deliberativo

PARCEIROS

lcatu

SEGUROS


MONGERAL
AEGON
seguros e previdência